

Ano XXIV nº 6400 – 17 de agosto de 2021

## Comando Nacional dos Bancários discute retorno ao trabalho presencial com a Fenaban



O Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) se reuniram, na última sexta-feira, 13, para tratar do processo de retorno da categoria ao trabalho presencial. A preocupação do Comando é com a pandemia, que ainda está causando média diária de mil mortes, e a precipitação dos bancos. Por isso, qualquer processo de retorno deve ser negociado anteriormente.

“Espero que essa negociação que fizemos impeça qualquer precipitação na volta ao trabalho presencial. Colocamos que bancárias e bancários precisam estar vacinados e mesmo a população precisa ter a vacinação

completa. Cobramos cautela, para não ter um retorno em massa. Para os que já estão trabalhando, é preciso ampliar a proteção e por isso também discutimos uma padronização dos protocolos de segurança. Após a Conferência Nacional (3 e 4 de setembro) podemos voltar a conversar sobre o tema”, informou a coordenadora do Comando Nacional e presidente da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

Especialistas recomendam que qualquer medida de relaxamento no isolamento social somente seja adotada quando pelo menos 70% da população estiver completamente vacinada. Até a tarde da sexta-feira, 13, somente 22,8% da população brasileira tinha recebido a vacinação completa.

A preocupação com a proteção de quem já está em trabalho presencial também foi discutida. Desde o início do ano, o Comando e a Fenaban discutem a padronização das medidas de segurança nos locais de trabalho. Os bancos apresentaram uma proposta de protocolo que foi analisada pelo Comando, que acrescentou alguns pontos. A Fenaban ficou de responder às propostas de mudanças para definir um protocolo único para todos os bancos.

## Projeto que susta efeitos da CGPAR 23 está em consulta pública no Senado: vote!

O PDL 342/21 (antigo PDC 956/2018), da deputada Erika Kokay, impede que a CGPAR 23 reduza os direitos dos trabalhadores em empresas públicas federais nos planos de saúde. O projeto já passou pela Câmara e agora precisa ser votado pelos senadores.

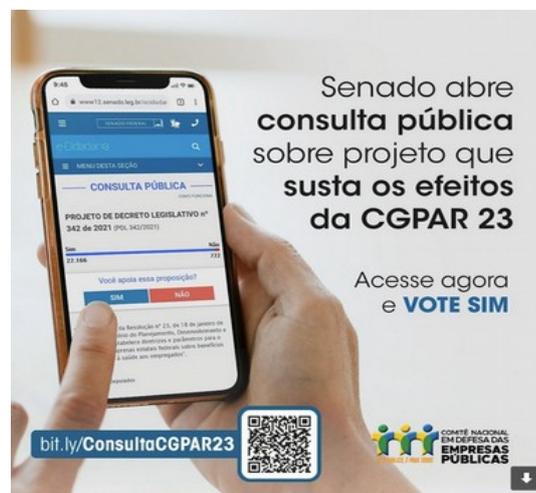
Entidades representativas destas categorias, movimento sindical e o Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas intensificam a pressão para que a votação ocorra rapidamente.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021 recebeu parecer favorável do relator do projeto, senador Romário Faria (PL/RJ), na última terça-feira (10/8). Ao apresentar seu relatório com voto pela aprovação da matéria, o relator justificou que a Resolução 23 é inconstitucional, por restringir indevidamente o direito dos empregados à saúde e por violar direitos adquiridos dos trabalhadores à manutenção das condições do contrato de trabalho. Por isso, pontua ser fundamental a aprovação do PDL, que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados.

Para mostrar que concorda com a aprovação do PDL 342/2021, basta acessar o link:

<https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=149198> e votar **SIM**.

Cada um pode ajudar para que a aprovação ocorra, participando da consulta aberta pelo Senado. Vote e defenda seus direitos!



Senado abre  
consulta pública  
sobre projeto que  
susta os efeitos  
da CGPAR 23

Acesse agora  
e **VOTE SIM**

[bit.ly/ConsultaCGPAR23](https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=149198)

COMITÊ NACIONAL  
EM DEFESA DAS  
EMPRESAS  
PÚBLICAS